

CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax (44) 3256.1216

Rua Orlando Batista da Silveira, nº 01 - CEP 86.755-000 - Ângulo — Paraná CNPJ: 01.608.550/0001-50

www.angulo.pr.leg.br - email: administrativo@angulo.pr.leg.br

PUBLICADO EM 12/01/2018 ODIÁRIO Nº 13.417 PÁGINA Nº 02

PORTARIA Nº. 001/2018

SÚMULA: Realiza a Progressão Vertical por tempo de serviço aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ângulo.

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o contido no Art. 5º, Inciso Segundo, da Resolução Nº. 003/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam enquadrados, por tempo de serviço, a partir de 01/01/2018, no Quadro de Pessoal do Legislativo Municipal de Ângulo, os servidores municipais abaixo relacionados:

MATR	NOME	CARGO	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
11	GIZELLI DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	NIV 23	NIV 24
13	TEREZA MATIAS DA SILVA BENAVIDES	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	NIV 11	NIV 12
18	ALEXISANDRI FERREIRA	OFICIAL ADMINISTRATIVO	NIV 33	NIV 34
19	ANTONIO ROBERTO PEREIRA	CONTADOR	NIV 31	NIV 32
29	ROGÉRIO MARCOLINO BOZELHE	ADVOGADO	NIV 45	NIV 46

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2018.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, EM 10 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO MORAES
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax (44) 3256.1216

Rua Orlando Batista da Silveira, nº 01 - CEP 86.755-000 - Ângulo – Paraná CNPJ 01.608.550/0001-50

PARECER

Assunto: Portaria nº 001/2.018

Conforme Art. 5°, II, da Resolução N°003/2007 é legal e constitucional a progressão vertical por tempo de serviço aos servidores Públicos da Câmara Municipal de Ângulo

Ângulo-Pr, 11 de janeiro de 2018

Rogerio Marcolino Bozelhe

Assessor Jurídico

d) A Contratada se obriga a prestar garantía, sem prejuízo áquela prevista no Código de Defesa do Consumidor, no prazo indicado em sua proposta dos produtos fornecidos, sem custos adicionals, cuja garantía obrigará a substituição dos materiais que apresentarem defetios de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeçam a sua utilização, no prazo de 03 (Irás) dias corridos, a contar da

comunicação; e) A garantia fornecida pelo tabricante não se confunde com a garantia descrita no item anterior, de

e) A garántia fornecida pelo fabricante não se confunde com a garantia descrita no sem americo, de obrigação da licitante;
f) Comunicar ao Contratante às alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social;
g) Proporcionar ao Contratante lodas as facilidades para a boa execução do objeto contratado, elegendo representante para acompenhar a entrega e conferência dos materiais e dirimir eventuais dúvidas a ele vinculados, junto às Secretarias responsáveis;
n) Paraisar, por determinação de autoridade competente, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspetia de confaminação ou condenado por autoridade sanitária;
ii) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, ás suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais emmunados.

empregados.

II- Construi-se em obrigações do Contratante:
a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
b) Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados à execução do objeto, que venham a ser

solicitados pelo representante da Contratada; c) Efetuer o pagamento pelo efetivo fornecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta; d) Receber os materiais, na quantidade solicitada, assegurando-se das perfeitas condições de embalagem e normas de segurança, responsabilizando a Contratada por qualquer dano causado resultante da má qualidade do produte fermedido.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do servidor designado o Sr. Alcir Fracassi Lopes, inscrito no CPF sob o nº. 641.115.639-53, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem

verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo 72 horas, serão objeto de comunicação eficial à Contratada, a qual submeter-se-à à aplicação das penalidades previstas nesta Ats. Parágrafo Unioso: As solicitações, reclamações, expéncias, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 002/2006 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e quirisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura do presente Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência des

Registro de Preço, seja por defeito decorrente do osjeto sosciazio e erareguo, sejo por temagrande disposições regulamentarea.

§1º Pela inexecução total ou parcial do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço a Administração Municipal poderá, garantida a previa defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nas silneas a seguir:

a) Advertência, em simples ocorrências não remissíveis is outras penalidades;

b) Muita nas formas previstas no parágrafo seguindo desta cláusula;

c) Demais sanções previstas no Art. 87 da Lei Foderal nº 8.686/1993.

§2º Alám das sanções, previstas nas alineas do parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a previa defesa, aplicar à Contratada as seguintes muitas;

a) muita de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidômeo e/ou cometer fraude fiscal.

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Prego, pela

inexecução total ou parcial do objeto contratado ou pelo formecimento inegular dos produtos solicitados; c) Multa de 1% (um por cento) ao día, até o 10º (décimo) día de atraso na entrega dos produtos dos total os produtos solicitados; con destrucción de 10º (um por cento) ao día, até o 10º (décimo) día de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução do objeto contratado.

inexecução do objeto contratado.

3º Considera-se fornecimento irregular o descumprimento não justificado do prazo de entirega do(s) produto(s) estabelecido neste Edital, bem como o não atendimento das especificações do(s) produto(s) entregue(s) com as especificações detahadas no Anexo 01 do presente Edital.

§4º Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteia, contados da notificação.

§9º No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pela Contratada, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.586/1993, o seu imediato abatimento, em eventual crédito existente, podendo ser retido em qualquer empenho, ainda que não relacidos com este instrumento, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipals, junto a Tesouraria da Administração Municipal, no prazo de quinze dias, contados a partir da data de notificação.

se casa de noticação.

\$6º Espotados os meios administrativos para cobrença do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em divida ativa, devendo ser cobrado por via judicial.

\$7º As multas legais e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdes ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

\$8º Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade elou multa, caberá a Contratada a apresentação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos al fixados.

comunicad a aprilimantamento de comunicación de penalidade elou muita, devem ser dirigidos à 5º Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade elou muita, devem ser dirigidos à

Autoridade superior da Administração Municipal.

§10º Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-simile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada se Prefetura Municipal de Santa F.6, Estado do Parana.

§11º As notificações/intimações de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Municipal de Santa F.6, cuja data de publicação valerá como início do prazo recursal.

§12º Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para

61º O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma. 52º Os Contratos celebrados no prazo de validade da presente Ata, terá vigência máxima de 12 (doze) meses, observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/93 podendo ser alterados de acordo com o

§2º Os Contratos celebrados no prazo de validade da presente Ata, terá vigência máxima de 12 (doze) meses, observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.656/93 podendo ser alterados de accordo com o disposito no Art. 65 da Lei nº 8.656/93.
§3º A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que as preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.
§4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo curtêrio, podera, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo constantes em cada termo contratual serão em diás condidos, salvo disposição expresas em contrativa o em sua contagem excluir-se-á o dia de inicio e incluir-se-á o dia do vencimento.
§5º Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em diás condidos, salvo disposição expresas em contrato e em sua contagem excluir-se-á o dia de inicio e incluir-se-á o dia do vencimento.
§5º Integram a presente Ata, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteniores, Lei Federal nº 1520/02 e Decreto Municipal nº 02/2006, as quais serão aplicadas aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

CONTRATADA JALMIR APARECIDO PAIAO & CIA LTDA. - ME

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 Centro - Fone (44) 3264-8600 - Sarandi/Pr Site : www.sarandi.pr.gov.br - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230

PORTARIA N.º 854/2018

O Prefeito do Municipio de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no relatório final da Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria n.º 573/2017:

RESOLVE

1º- ARQUIVAR a Sindicância Administrativa instaurada para apurar possíveis irregularidades na admissão de servidor ocupante do cargo de enfermeiro padrão.

Sarandi, 09 de janeiro de 2018.

WALTER VOLPATO POSTO Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 Centro - Fone (44) 3264-8600 - Sarandi/Pr Site: www.sarandi.pr.gov.br - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230

PORTARIA N.º 852/2018

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 10/92 e, considerando o relatório final da Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria n.º 572/2017:

RESOLVE

1º - INSTAURAR processo administrativo em face do servidor Daniel Fernandes de Moura Júnior

2º - NOMEAR os servidores Alexandre Lincoln C. de Carvalho R.G. n.º 34228698, Nibelmara Colabone Benetti, R.G. n.º 45375366 c Aline Lopes Balbo, R.G. n.º 106788685, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei.

3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 09 de janeiro de 2018.

Walter Volpato Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 Centro - Fone (44) 3264-8600 - Sarandi/f Site: www.sarandi.pr.gov.br - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230

PORTARIA Nº 859/2018

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Parana, no uso de suas atribuições legais e, conforme art. 234 da Lei Complementar n.º 10/92.

RESOLVE

1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração dos fatos e possíveis irregularidades ocorridas na UPA - Unidade de Pronto Atendimento.

2º - NOMEAR os servidores Marilim Meire Cotrin Ferro Araujo R.G. n.º 6.844.855-7, Rossana Amélia Martins, RG n.º 65556685 e Nibelmara Colabone Benetti, RG n.º 45375366, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da

3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 10 de janeiro de 2018.

WALTER VOLPATO POOF Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **IANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento, Finanças e Gestão. Setor de Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL 132/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GESSO ACARTONADO E **ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO**

FICA SUSPENSA A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, para readequação do edital.

Maiores Informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre às 7h e 30min. às 11h e 30 min.; e das 13h às 17h. Fone: (44)

Mandaguari (PR) 10 de Janeiro de 2018.



Prefeitura Municipal de Santa Fé

Pregão Nº 968/2017 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREIÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FE, pessoa jurídica de divelo público inscrita no CNPJMF sob o nº 78.201.418/0001-67, com sede na Avenida Prasidenta Kennady, nº 717, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, reste ato representado pela Como. Prefeto Municipia, Senhor Faranado Brambiás, brasileno, casado, Bucharsel em direito, residente e domicilado na Rua 3-05 88% 3-03 no município de Banta Fé, portador da obdula de istentada nº 1.467.2504 4 e inscrita no CNPJMF sob o nº 025.792.899-47, observante decominado CONTRATATE e a Empresa VALMIR APARECIDO PALAO & CIA LTDA. - MEL inscrita no CNPJMF sob o nº 07.000.021/00014-63, com sede na Rua Santa Fé, 440, no Município de Santa Fé, Estado do Parana, neste ata, resea començado con sua sobia administratora Sra. Edindia Agaracida Nichio Pado, brasileira, residente e densicilada no enunicípio de Santa Fé, Estado do Parana, portadora da Cédula de lidentidade nº 4.311.034-9. SEDIPPIT e inscrita no CPF/MF sob o nº 898.790.029-04, doravente denominada CONTRATADA, resolvem registrar o preco dos Bene reflecionados na Ciduala Primeira em rizado do resultado final e honológico de istado de la paranado na Ciduala Primeira em rizado do resultado final e honológico de istado de inscrita de nominada con la cidualida e de la concentración de considera de concentración de concentración na Cidualida Primeira em rizado de resultado final e honológico de istado de inscrita de la cidada de interestado na Cidualida en rizado de resultado final e honológico de istado de la cidada de interestado na Cidualida Primeira em rizado de resultado final e honológico de istado de la cidada de interestado de la cidada de interestado na Cidualida de interestado de la cidada de interestado na Cidualida de interestado de la cidada de interestado na Cidualida de interestado

CLÁUBULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto desta ATA é o REGISTRO DE PREÇO, conforme

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Max. Unit.	Valor Max. Total
01	RECARGA DE GAS P13	UNID	200	Nacional Gás	64.50	12 900.00
02	COTA DE GAS P13	UNID	50	Nacional Gas	99.50	4.975.00
03	RECARGA DE GAS P46	UNID	500	Nacional Gas	289.50	144,750.00
04	COTA DE GAS P45	UNID	50	Nacional Gás	309.60	15.475.00

Salienta-se que a contratada deverá, durante todo o periodo de contratação, dispor de telefone "Disk Entrega" e stender de imediano todas as solicitações da Administração Municipal, uma vez que os organizamento por a la defenda de cassos de botições reservas e haja vista a necessácide constante do produto lotado por parte da administração municipale, principalmente pelas Escolas a Centros Municipale de Educação infrantil que also responsatives pelo preparo do merenda escolar.

Parágrafo Único: o preço umáriro a ser paga e o constante da presente Atá de Registro de Preço conforme proposta a presentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de Preço conforme considerados para firs indenizatários e rescisários os valores individuais de cade item, bem como, para batimento no preço por devolução de mercadorias. O valor total da ata de Registro de Preço à de RS 178,100,00 (centró e astenta e otto mil e cem reasis).

CLÁUBULA SEGUNDA — DA VALIDADE DO REGISTRO DE PRECOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) memes, contados a parte da data de sua instinatura. Parágrafo Unico: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço. a Prefetura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir. Acultando-se a resalzação de Sictação específica sera a aquisação pretendida, senda assegurado ao beneficiário do Registro preferência de terrescriento em igualdade de confições.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEIS DO OBJETO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarão a cargo dos compatentes da Administração Municipal

DO OBJETTO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarião a cargo dos sentreso competentes da Administração Municipal.

§1º A solicitação do(s) produto(s) será restituta pelo seño competente da Administração Pública Municipal mediante a emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa que será encaminhada à Contratada, juntamente com o número do empenhe, por meio eletrônico e-mail ou fax-simile, devendo ser comprovado o recebimente pelo fornecedor(s).

§2º Cada NAD - Nota de Autorização de Despesa conterá, no mínimo:

I- Numero do Contrato e de respectiva (sichação:

II- Quantidade e descrição do produto solicitado:

IIII- Dotação orgamentaria onerada;

1.4.2. A Contratada deverá atender de imediato todas as soficitações da Administração Municipal, devendo executar os serviços de entrega e substituição do botisto camegado pelo botisto vazio nos locais indicados pala administração no ato da solicitação.

§4º A Contratada será a única responsável pela qualidade e segurança do produto entregue, ficando obrigada a reparar, compir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o dejeto do contrato em que se verificarem vícios, defetias ou incorregões resultantes da execução ou de materiaa empregados.

§5º O recebimento dos produtos encorrendados não significará a respectiva seetiação, a qual será efetivada agodos a devida facalização quanto do atendimento das especificações e, em sendo o caso, apos períos e aprovação para uso.

§5º A respidado do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega ficado.

§5º A respidado do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega ficado.

§5º A respidado do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega ficado.

§5º A no caso de rejecção dos produtos entregues, a Contratada deverá providenciar a mediata troca, sob pera de ser aplicada à multa estabelecida na aliena "b" do §2º da Citásusia Nona, ficando sob sua responsabilidade todos os custos de operação.

§6º A presente relação contratada areá regida pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocaries aos vícios de qualidade ou quantidade que os tomem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminismos ovalor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal.

CLÁUBULA QUARTA — DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta dias após a entrega fracionada do objeto de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da compatente nota fiscal alestrónica, juntamente com as Certidões Negativas do Dobito Federal e FOTS e (Certidão Negativa S. Tributos Municipals no caso de empresa sediada em Santa Fê) especiales pela Contratoda e em piena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da masema para correção, o prazo para pagamento fauta a patrir de seu respresentação.

§1º A Tescurarta providenciará o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do proponente estejam em dia, e não haja nenfruma pendência tributária com a Contratarta.

§2º A despesa com a contratação correrá a corta da Dotação Orçamentaria vigente na época da emissão da rota de amounter.

seguinte procedimento:
§1º Cusisquer irbutos ou encargos legais criados, afterados ou extintos, bem como a superveniência de
disposições legais, quando acerdos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão
nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
§2º Como o intuito de garantir a piena preservação do equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim
definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preço
contratados pela Administração e a remaneração correspondente recebida pelo tojeto ficilizado, fica
assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes no Termo de
Contrato.

Contrata.

53º Para efetios de concessão de recomposição, resjuste e atualização monetária à empresa cum preços contratados pela Administração, fice deteido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em castate final, pela empresa estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em castate final, pela empresa estabelecido que haverá entejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, resjuste e garantia do equilibrio econômico-financeiro diseite de superveniência de fatos imprevisiveis ou previsive de consequências incalizadadas, capates de retartar ou impetir a esecução os ajuste, ou anda de casos de

força maior, caso fortuito ou fato do principe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratua. §ºº Será deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rompimento do equilibrio accompresa, hancatir.

econômico-financeiro.

§0º A solicitação de empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e irrefutável, que houve o rompimento do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração poderá recusar o pleto formulado mediante a ausência dos pressupostos necessários para o determento, dentre eles:

a) ausência de elevação dos encargos da empresa;
b) econêmica de everto causador do desequilibrio antes da formulação da proposta;
c) ausência de vinculo de causaldade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos da empresa com preços registrados ou contratados;
d) cuipa exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindo-se a previsibilidade da coorrência dos evertos ensejadores.

§7º Fica expressamente previsto que, da meema forma, poderá haver a redução do valor registrado elou contratado caso a Administração ventiçue a escilação, para baixo, dos preços de mercado.

LÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

1-São obrigações da Contratada:

a) manter, durante a viçência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de nabilitação e qualificações exigidas no Edital de Licitações;

b) Eletuar a entrega do material de acordo com as solicitações da Administração Municipal e com as especificações contidas na Cotlaga de Columbia Primeira e de acordo com as normas do Código de Defeas do Consumidor, Lei nº 8.07890;

c) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terror elou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feito vido Doctorio.

DECRETO Nº 2108/2018

GISELE POTILA FACCIN, Prefeita Municipal de Presidente Castelo Branco - Estado do Parana, no uso de

Pública de Compra e Venda do lote de terras nº 09 (nove) da quadra nº 03 (três) com área de 231,22 m²

localizado no Parque Iroi em favor de MARIA ELIANA ANDRADE, brasileira, solteira, do lar,

portadora da CVRG nº 3.842.298-7 SSP/PR, CPF nº 570.970.039-57, cujo imóvel encontra-se

Art.1% Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Escritura

Art. 2º- O presente ato autorizado tem como amparo legal a Lei Municipal nº

Art, 3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se

KIELK

matriculado sob nº 16.482 no CRI de Nova Esperança - Parana.

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco. 10 de Janeiro de 2018.

657/2004 de 18.03.2004

as disposições em contrário

PRESIDENTE CASTELO BRANCO

TESTEMUNHAS 1

CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax (44) 3256.1216

PORTARIA Nº. 002/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, PEDRO MORAES, no uso de suas atribuições legais,

mound CPF: 216 365 719-68

Santa Fé, 04 de dezembro de 2017.

RESOLVE

Art. 1º - Constituir a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para, quando necessário, tomar as medidas necessárias à execução e julgamento das licitações que vierem a ser realizadas pela Câmara Municipal, durante o ano de 2018,

Presidente: Antônio Roberto Pereira - RG nº. 5.207.975-6 Membros: Gizelli de Lima - RG nº. 7.407.148-1 Silvia Ap, Vidigal Pereira - RG nº. 6.059.643-3

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Câmara Municipal de Ângulo, em 10 de janeiro de 2018.

MORAES



CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax (44) 3256.1216 Rua Orlando Batista da Silveira, nº 01 - CEP 86.755-000 - Ângulo — Paranà CNPJ: 01.608.550/0001-50 www.angulo.pr.leg.br - small administrative@angulo.pr.leg.br

PORTARIA Nº. 001/2018

SÚMULA: Realiza a Progressão Vertical por tempo de serviço aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ângulo,

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o contido no Art. 5º, Inciso Segundo, da Resolução Nº, 003/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam enquadrados, por tempo de serviço, partir de 01/01/2018, no Quadro de Pessoal do Legislativo Municipal de ngulo, os servidores municipais abaixo relacionados:

MATE	NOME	CARGO	ANTERIOR	ATUAL
41	GIZELLI DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	NIV 23	NV 24
12	TEREZA MATIAS DA SILVA BENAVIDES	AUXILIAR SEPVIÇOS GERAIS	NV 11	WV 12
18.	ALEXSANDRI FERREINA	OFICIAL ADMINISTRATIVO	NV 23	WY 24
19	ANTONIO ROBERTO PERERA	CONTADOR	NIV 21	NV 32
29	подёлю малсошно водешне	ADVOGADO	NIV 45	N/V 46

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua serceiros a partir de juneiro de 2018.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, EM 10 DE JANEIRO DE 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO Fone/Fax (44) 3256.1216 Silveirs, nº 01 - CEP 86. CNPJ: 01.608.550/001-

www.augulo.pr.leg.br -- email: administrativo@augulo.pr.leg.br

PORTARIA Nº. 003/2018

SÚMULA: Nomeia Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços para o Exercício de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Ángulo, Estado do Paraná, PEDRO MORAES, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1 - Constituir a Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2018, formada pelos seguintes funcionários:

Gizelli de Lima -Rogério M. Bozelhe -Antonio Roberto Pereira -

quantitativa dos bens de natureza patrimonial, materiais e serviços em geral adquiridos pela Câmara Municipal, certificando a sua boa e regular situação.

Art. 3 - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, 10 DE JANEIRO DE 2018.

